

---

## “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”: uma análise teórica a partir da comunicação e dos feminismos

Fernanda Maia Almeida Bezerra<sup>1</sup>

Márcia Vidal Nunes<sup>2</sup>

Universidade Federal do Ceará, Ceará, CE

### Resumo

Este artigo tem como objetivo lançar um olhar teórico para o grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, comunidade virtual que reuniu mais de 2 milhões de mulheres em um grupo no *Facebook* para demonstrar repúdio a Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018, na qual este era o candidato a frente nas pesquisas de intenção de voto. O grupo mobilizou milhares de pessoas que se organizaram nas redes sociais e foram às ruas com o lema #EleNão, hashtag que viralizou e foi fortemente associada ao movimento. Dessa forma, os conceitos de comunidade virtual, ciberativismo, lugar de fala e outros foram usados para enquadrar teoricamente este movimento.

**Palavras-chave:** Mulheres Unidas Contra Bolsonaro; comunidades virtuais; ciberativismo; lugar de fala; feminismos de quarta onda.

### Introdução

“Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”<sup>3</sup>. Se o leitor que se depara com esse artigo acompanha a política brasileira nos últimos anos, provavelmente já leu ou escutou essa frase em algum lugar. Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, a proferiu em abril de 2017 em uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro. À época, deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), Bolsonaro já colecionava uma série de declarações que chamavam a atenção da imprensa e da população e geravam debates.

Se, por um lado, falas como “não te estupro porque você não merece”<sup>4</sup> direcionada a uma parlamentar causavam um sentimento de aversão em parcela da população, por outro lado eram motivo de empolgação. Um dos episódios que renderam

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, e-mail: [ferdamaiab@gmail.com](mailto:ferdamaiab@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, e-mail: [marciavn@hotmail.com](mailto:marciavn@hotmail.com).

<sup>3</sup> Disponível em

<https://exame.com/brasil/piada-de-bolsonaro-sobre-sua-filha-gera-revolta-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 15 de março de 2021.

<sup>4</sup> Na condição de deputado federal, Bolsonaro repetiu em mais de uma ocasião a frase para Maria do Rosário, também deputada federal. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504802/noticia.html>>. Acesso em 15 de março de 2021.

---

grande notoriedade para o então deputado federal foi o ataque feito aos materiais didáticos anti-homofobia produzidos pelo governo federal em 2011, à época comandado por Dilma Rousseff. Bolsonaro apelidou o projeto de “kit gay” e assim engrenou na incursão antigênero liderada pelos setores religiosos do Congresso, espaço no qual começou a fortalecer as bases para sua campanha à presidência, que começou a se estabelecer a partir de 2016 (KALIL, 2020: 40).

Além de “kit gay”, outro termo adotado por esses atores políticos ligados às religiões cristãs, especialmente a evangélica, foi “ideologia de gênero”. Sua origem data dos anos 1990, década em que o Vaticano começou a empregar a expressão em documentos oficiais. O intuito era difundir sobre o perigo que os movimentos feministas e LGBTQI+ representavam para a instituição familiar e articular “uma política de restauração moral diante do avanço dos direitos sexuais e reprodutivos” (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020: 52). No Brasil, o termo ganhou espaço no debate político a partir de 2014 na discussão sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) (MELO, 2020). A união de parlamentares evangélicos e forças católicas conservadoras foi responsável pela aprovação do PNE sem nenhuma menção à palavra gênero, assim como orientação sexual, sexualidade, igualdade de gênero e identidade de gênero. Além disso, foram excluídos os trechos que tratavam da luta contra a desigualdade de gênero na educação (KALIL, 2020).

À medida que as pautas conservadoras trazidas por uma parcela religiosa do congresso e da sociedade começavam a repercutir e ganhar espaço no debate público, foi-se estabelecendo o caminho para possibilitar a eleição de um candidato que representasse os ideais antigênero que elas buscavam instaurar. Não é um fato desconhecido que o uso do termo “ideologia de gênero” na América Latina possui um cunho político, sendo comumente instrumentalizado para criar oportunidades político-eleitorais (BIROLI, 2020: 156). No entanto, as articulações de religiosos conservadoras isoladamente não seriam capazes de garantir ampla adesão à campanha de Jair Bolsonaro. Em 2017, momento em que Bolsonaro contava com cerca de 10% das intenções de voto, Paulo Guedes, atual ministro da economia, embarcou na campanha (KALIL, 2020). A aglutinação desse nome à campanha de Bolsonaro resultou no apoio do campo neoliberal.

---

A aliança entre religiosos conservadores e neoliberais na política não é uma exclusividade do cenário brasileiro e nem se trata de uma novidade. Neoconservadorismo é o termo que vem sendo utilizado para definir a ação reativa de setores religiosos contra as mudanças nas formas de regular a ordem sexual propostas, principalmente, pelos movimentos feministas e LGBTQI+. Apesar de ser um movimento diverso e com tensões internas, em linhas gerais o neoconservadorismo tem sua identidade política definida pelo antagonismo com os supracitados movimentos. Biroli, Machado e Vaggione (2020), ao elegerem cinco dimensões para caracterizar o neoconservadorismo, mencionam a relação deste com o neoliberalismo. O principal ponto de convergência entre essas duas correntes ideológicas é a valorização da família como a instituição responsável pelos sujeitos em meio a um cenário de encolhimento do Estado, privatização e mercantilização (BIROLI, MACHADO, VAGGIONE, 2020).

O cenário brasileiro encontrava-se então em um contraste entre reação e resistência, com os movimentos feministas ganhando novas formas de repercussão, principalmente a partir de 2015, e com a reação do campo conservador aos avanços que esses movimentos buscavam trazer. O ano de 2018 foi marcado pelo assassinato da vereadora Marielle Franco<sup>5</sup>, manifestações exigindo justiça pelo caso<sup>6</sup>, greve mundial das mulheres no 8 de março<sup>7</sup>, o movimento de mulheres brasileiras contra Bolsonaro e a eleição do mesmo no segundo turno do pleito eleitoral.

Segundo o levantamento estatístico eleitoral disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>8</sup>, em 2018 havia 147.306.275 eleitores aptos a votar no Brasil, dos quais 52% se identificaram como pertencentes ao gênero feminino e 47,5% ao gênero masculino. A pesquisa Datafolha de intenção de voto para a eleição presidencial publicada em 22 de agosto de 2018<sup>9</sup> trouxe dois cenários diferentes, o primeiro com

---

<sup>5</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376\\_531337.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html)>. Acesso em 19 de abril de 2021.

<sup>6</sup> Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Acesso em 19 de abril de 2021.

<sup>7</sup> Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-03/greve-e-protestos-marcam-dia-internacional-da-mulher-pelo-mundo>>. Acesso em 19 de abril de 2021.

<sup>8</sup> Disponível em <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em 19 de abril de 2021.

<sup>9</sup> Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-de-22-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-e-religiao.ghtml>>. Acesso em 15 de março de 2021.

---

Lula concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o segundo com Fernando Haddad como o candidato à presidência pelo mesmo partido. No primeiro cenário, Lula liderava a pesquisa com 39% de intenção de voto e Bolsonaro aparecia em segundo lugar com 19%. Já no segundo cenário, o candidato alternativo do PT não herdava todos os votos de Lula, aparecendo em 6º lugar com 4% das intenções de votos, e Bolsonaro aparecia na liderança, com 22%. Um dado relevante dessa pesquisa é a segmentação por sexo (sic). A intenção de voto em Bolsonaro, em ambos os cenários possíveis, é menor entre as mulheres.

A conjuntura indicava que Lula não poderia concorrer à presidência, o que deixava o então candidato do Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro, à frente da disputa eleitoral. É nesse contexto que a publicitária baiana Ludimilla Teixeira criou, no dia 31 de agosto de 2018, um grupo no *Facebook* chamado “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”.

A rejeição de uma parte das mulheres brasileiras pela figura de Jair Bolsonaro ganhou um espaço de expressão e mobilização neste grupo. O principal objetivo era criar uma mobilização suprapartidária de mulheres brasileiras que rejeitavam as propostas e as ideias do candidato. Em entrevista à *Mídia Ninja*<sup>10</sup>, Ludimila relata que a sua ideia era organizar uma manifestação de rua, para alertar a população e demonstrar o repúdio das mulheres a essa figura machista e misógina. Motivos como o candidato ter votado a favor da Reforma Trabalhista, seu histórico desprezo por negros, mulheres, indígenas e LGBTs e seus posicionamentos acerca de temas como a segurança pública são ressaltados como justificativas para o movimento. O grupo, menos de duas semanas depois de ser criado, atingiu a marca de 1 milhão de participantes no dia 12 de setembro de 2018<sup>11</sup>.

Entendendo a relevância desse movimento para o contexto político brasileiro, neste trabalho lançaremos um olhar analítico para diversas nuances que este objeto possui. Dessa forma, exploraremos dois campos teóricos que acreditamos ter relação direta com o objeto: os feminismos e a comunicação, com foco no ciberativismo e nas

---

<sup>10</sup> Disponível em <<https://medium.com/marielle-franco/marielle-semente-ludimila-teixeira-485b63bcc2b7>>. Acesso em 15 de março de 2021.

<sup>11</sup> Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/focanovoto/post/grupo-de-mulheres-contrarias-bolsonaro-chega-1-milhao-de-membros-no-facebok.html>>. Acesso em 16 de março de 2021.

---

comunidades virtuais. Para empreender essa análise, vamos utilizar como metodologia a revisão bibliográfica.

### **Lugar de fala e os feminismos**

Não é precisa a origem do conceito lugar de fala, embora seja possível identificar a sua proximidade com o pensamento de feministas negras. Djamila Ribeiro (2017) traça uma relação do termo com a discussão sobre *feminist stand point*, que em uma tradução literal seria “ponto de vista feminista”, com a teoria racial crítica e com o pensamento decolonial (RIBEIRO, 2017: 58). Ribeiro define:

A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017: 69)

Tendo suas raízes na teoria produzida por mulheres racializadas, como Patricia Hill Collins, por exemplo, a quem é atribuído o debate sobre o ponto de vista feminista, o conceito do lugar de fala contribui para que se desnaturalize a predominância masculina, branca, cisgênera, dentre outros marcadores de privilégio social, nos espaços de fala e poder. Entendemos que essa é uma ferramenta preciosa para quebrar regimes de autorização do discurso e, assim, buscar desequilibrar a balança do poder.

Julgamos importante ressaltar que a teoria do lugar trata-se, principalmente, de um debate estrutural que parte da localização social dos indivíduos. Vemos o lugar de fala como um convite a um olhar crítico sobre os mais variados temas partindo do *locus* social. Sendo assim:

O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2017: 86).

Convocar mulheres para liderarem um movimento, que foi capaz de mobilizar pessoas de diversas idades, identidades de gênero e filiações políticas, para rejeitar um candidato abertamente misógino com propostas e posturas que apresentavam riscos aos avanços democráticos no Brasil, é uma forma de reorganizar a estrutura que exclui mulheres dos locais de enunciação na política. É também um meio de marcar como a

---

política partidária e o debate social em torno dela ainda são permeados por um regime que privilegia a voz e a participação masculina, branca, cis e heterossexual.

Tomando a fala como forma de protesto, os gritos de “Ele Não!” e “Ele Nunca!”, em 29 de setembro de 2018, tomaram conta de mais de 438 cidades no Brasil e ao redor mundo, segundo cobertura<sup>12</sup> da Mídia Ninja. Além de ter acontecido em todos os 27 estados do Brasil, as mulheres também organizaram atos em outros 33 países, como na Argentina, no México e nos Estados Unidos. Segundo Céli Regina Jardim Pinto<sup>13</sup>, professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil, além de ser uma das maiores contra um candidato específico.

Ainda sobre as relações do movimento #EleNão com os feminismos, acreditamos ser relevante nos aprofundarmos no que chamaremos de feminismos de quarta onda. Bogado (2018) defende que a quarta onda feminista é influenciada pelas formas de protesto dos ativismos contemporâneos marcados por junho de 2013. Dois pontos que a autora destaca são a horizontalidade desses movimentos, isto é, a forma de organização marcada pela ausência de lideranças, em que o coletivo prevalece, e a presença de uma linguagem política caracterizada pela performance e pelo uso do corpo como forma de expressão. A Marcha das Vadias, movimento internacional contra a objetificação do corpo das mulheres em que é comum que as participantes marchem sem camisa, é um exemplo de como o corpo torna-se uma plataforma de protesto em uma performance que busca questionar e tensionar as violências perpetradas nos corpos femininos.

Em 2015 as mulheres brasileiras tomaram as ruas para protestar contra Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, e a PL 5069/2013 apresentada por ele, que pretendia dificultar o acesso ao aborto por vítimas de estupro, caso já previsto pela atual legislação brasileira. Manifestações semanais por todo o Brasil resultaram em um ato nacional pelo “Fora Cunha!” (BOGADO, 2018). A articulação potente de mulheres foi, para alguns, uma surpresa. Um editorial de 12 de novembro de 2015 do El

---

<sup>12</sup> Disponível em <<https://midianinja.org/news/elenao-aconteceu-em-mais-de-400-cidades-em-34-paises-balanco-ninja/>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em 10 de abril de 2021.

---

País<sup>14</sup> classifica o movimento como algo imprevisível e não antecipado, mas elenca um evento que pode explicar em parte a forte reação organizada das mulheres. Trata-se da campanha #primeirassedio, outro acontecimento que marcou o ano de 2015. Organizada pela ONG Think Olga em decorrência dos assédios sofridos por uma garota de 12 anos na internet durante participação em um reality show culinário transmitido na televisão aberta, a campanha convidou as internautas a usarem a *hashtag* para compartilhar nas redes sociais as suas primeiras experiências de assédio. A campanha ganhou grande repercussão, com a *hashtag* sendo replicada mais de 82 mil vezes nos primeiros cinco dias da ação<sup>15</sup>.

Esse momento ficou conhecido como a primavera feminista brasileira, sendo referenciado dessa forma em trabalhos acadêmicos (MELO, 2020) e na imprensa nacional<sup>16</sup>. Ao fazer esse recorte temporal, não pretendemos apontar 2015 como o ano em que a quarta onda feminista brasileira teve o seu início, mas reconhecer a relevância desse período. Como nos aponta Bogado (2018), as movimentações de junho de 2013, que não tinham como foco a pauta feminista, tiveram uma forte influência nas formas de organização que caracterizam os atuais movimentos feministas. Então, partimos do princípio que, bebendo de diversas fontes, a quarta onda feminista no Brasil não possui um claro início ou fim, mas possui dinâmicas e contextos específicos.

Se os jornais fundados por mulheres foram uma plataforma importante para a defesa dos direitos das mulheres no século passado (MUZART, 2003), as redes sociais virtuais, seja em plataformas como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* ou em *blogs*, hoje cumprem papel semelhante. Ao discorrer sobre a relação entre o ativismo feminista e a internet, Costa (2018) comenta a relevância do *Facebook*, rede que em 2015 possuía 74,8 milhões de usuários brasileiros e possuía diversas páginas com conteúdos feministas que apresentavam altos números de curtidas.

As campanhas feministas nas redes sociais são uma grande expressão de como esses movimentos se articulam. Usamos o termo campanha pois essas ações estruturam-se com um propósito claro e, na grande maioria dos casos, possuem

---

<sup>14</sup> Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533\\_406426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html)>. Acesso em 01 de junho de 2021.

<sup>15</sup> Disponível em <<https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

<sup>16</sup> Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/primavera-feminista-o-lugar-da-mulher-e-na-politica-8213/>>. Acesso em 01 de junho de 2021.



---

estratégias de disseminação, como o uso de *hashtags* e o convite para que as pessoas se engajem na causa ao compartilharem relatos próprios, fotos e posts sobre o assunto. Apesar disso, geralmente surgem como uma resposta a algum acontecimento no país e não de forma planejada.

Por exemplo, a campanha #NãoMereçoSerEstuprada aconteceu como uma reação a pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em que 65% dos entrevistados concordaram com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Nessa ocasião, as mulheres postaram fotos com a frase “Não mereço ser estuprada” nas redes sociais. Algumas, usavam a nudez nas fotos como forma de confrontar diretamente o pressuposto de que mulheres que mostram o corpo podem ser atacadas. Ainda que algum tempo depois da campanha ter acontecido o Ipea tenha divulgado uma nota apontando erro nos resultados da pesquisa que superinflaram o número de entrevistados que concordaram com a afirmação, as envolvidas na campanha conseguiram suscitar um grande debate sobre a cultura de estupro com quase 592 postagens e quase 3 mil comentários (COSTA, 2018).

Ainda em relação à violências sexuais, em 2016 milhares de mulheres foram às ruas em diversas cidades brasileiras para protestar contra um estupro coletivo que 33 homens cometeram contra uma adolescente no Rio de Janeiro. “Mexeu com uma, mexeu com todas” e “Todas contra 33” foram algumas das frases registradas em cartazes e gritadas em conjunto nas ruas<sup>17</sup>.

O que essas campanhas citadas e tantas outras que aconteceram e não foram registradas aqui têm em comum é uma dinâmica de organização que envolve diversos elementos. Um destes é a linguagem. Costa (2018) aponta que “não é por acaso que muitas dessas campanhas trazem no nome a primeira pessoa do singular. Refuta-se, assim, a objetividade jornalística de modo a dar ênfase à singularidade pessoal de um relato” (p. 38). A autora defende, ainda, que o uso de *hashtags*, usadas pelos movimentos feministas principalmente a partir de 2014, tornou-se uma ferramenta política. Além da ampla disseminação, o uso destas permite que as ações se estruturem sem que seja necessário criar coletivos ou sites. Costa acrescenta que esses movimentos:

---

<sup>17</sup> Disponível em

<https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2016/06/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas-manifestantes-vao-ruas-contra-cultura-do-estupro.html>.

Acesso em 08 de junho de 2021.



---

Ao marcar uma diferença com movimentos políticos tradicionais, são flexíveis tanto do ponto de vista organizacional quanto político, pois atuam numa esfera muito particular da sociedade civil, uma esfera na qual o consenso não é necessário. O potencial mobilizador do uso tático das hashtags feministas mostrou sua força a partir de uma série de movimentos. Em geral, poucas pessoas sabem quem são as lideranças ou as representantes. Nesse corpo textual formado por uma imbricação de vozes, alcança-se uma horizontalidade momentânea em que já não é central quem disse, mas o quê e como disse (COSTA, 2018: 34).

Com base nisso, destacamos, mais uma vez, o caráter coletivo e horizontal dos movimentos feministas de quarta onda. O movimento #EleNão, iniciado na comunidade virtual “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” no *Facebook*, apresenta diversos dos padrões que discutimos até agora. Ainda que o movimento não tenha se denominado, oficialmente, como feminista no grupo ou até mesmo no manifesto elaborado pelo grupo<sup>18</sup>, percebemos a forte influência desse contexto que exploramos. O agrupamento de mulheres engajadas politicamente contra um candidato por esse apresentar-se como uma ameaça aos direitos dos trabalhadores, das mulheres e demais minorias é sintoma de uma época em que o feminismo e seus ideais, nem sempre identificados como feministas, aparecendo de forma pulverizada na publicidade e na mídia, possui forte influência na cultura. Biroli (2018), elucida como a internet possibilita uma nova retomada do movimento feminista, que encontra nesta uma de suas principais formas de capilarização, por meio de debates, manifestações e campanhas.

Ainda sobre o manifesto que citamos acima, destacamos esse trecho para análise:

Somos mulheres, milhões e diversas. Somos brasileiras e imigrantes. Jovens e de cabelos brancos. Negras, brancas, indígenas. Trans e travestis. Somos LGBTQs, amamos homens, mulheres ou ambos. Casadas e solteiras. Mães, filhas, avós. Somos trabalhadoras, donas de casa, estudantes, artistas, funcionárias públicas, pequenas empresárias, camelôs, sem teto, sem terra. Empregadas e desempregadas. Mulheres de diferentes religiões e sem religião.

O principal objetivo do manifesto lançado parece ser destacar a pluralidade do grupo e as razões pela qual se opõem a Jair Bolsonaro. Percebe-se que a multiplicidade de identidades é algo importante para esse movimento, que busca aglutinar mulheres atravessadas por questões de classe, de raça, de sexualidade, dentre outras.

A perspectiva interseccional é mais um dos elementos presentes nos feminismos de quarta onda. Collins e Bilge (2021) falam da interseccionalidade como uma ferramenta analítica que proporciona diversos usos. Como o conceito foi bastante

---

<sup>18</sup> Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/27/mulheres-unidas-contrabolsonaro-lancam-manifesto-sobre-ato-de-sabado-29/>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

---

popularizado a partir do início do século XXI, muitos podem ser os entendimentos acerca deste. As autoras, então, propõem uma descrição genérica e prática que responderia a questão “O que é interseccionalidade?” para a maioria das pessoas:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (p. 16).

As atuações e análises feministas que levam em conta outras clivagens que não apenas a de gênero não são uma novidade da quarta onda. Mesmo não usando o termo interseccionalidade, Lélia Gonzales, intelectual e militante negra brasileira, já pautava a necessidade de um feminismo afro-latino-americano em um texto publicado em 1988. Lélia critica “uma visão de mundo eurocêntrica e neo-colonialista da realidade” (GONZALES, 1988: 41) que leva o feminismo a “esquecer” as questões raciais, o que a autora classifica como um racismo por omissão.

A experiência nas redes sociais virtuais proporcionou um maior espaço de debate, encontro e articulação das pautas interseccionais dentro do feminismo, como a de mulheres lésbicas, trans e negras, por exemplo. Costa (2018) destaca a visibilidade do transfeminismo ao mencionar perfis em redes sociais com grande visibilidade que tratam do tema, como a página do *Facebook* Transfeminismo e o perfil Travesti Reflexiva. Perez e Ricoldi (2019) também relacionam a aderência dos feminismos a novas causas com a internet, já que as informações se tornaram mais acessíveis no ciberespaço, onde mulheres negras e lésbicas têm encontrado a possibilidade de pautar o debate. Djamilá Ribeiro<sup>19</sup>, Louie Ponto<sup>20</sup> e Joice Berth<sup>21</sup>, para citar algumas, são vezes que, embora possuam atuações e visibilidades em espaços fora da rede, criaram potentes canais de comunicação e disseminação de informação sobre pautas que atravessam os feminismos, como a negritude e a vivência lésbica.

## A sociedade em rede e o ciberativismo

Imagem 1 - Busca no Google Trends

---

<sup>19</sup> Filósofa e feminista negra brasileira que construiu visibilidade ao apostar no ativismo na internet.

<sup>20</sup> Youtuber brasileira lésbica que aborda questões sobre feminismo e vivência LGBTQI+.

<sup>21</sup> Arquiteta, escritora e feminista negra.



Fonte: Autoria própria.

Em uma consulta ao *Google Trends*, ferramenta do *Google* na qual é possível, dentre outras funcionalidades, pesquisar a assiduidade com a qual um termo é buscado na internet, percebemos que o pico de buscas por “feminismo” na plataforma nos últimos cinco anos foi registrado no período de 30 de setembro a 6 de outubro de 2018, os dias posteriores à manifestação #EleNão. Embora não possamos afirmar que 100% das buscas se devam ao protesto, acreditamos ser possível estabelecer uma relação entre estes fatos.

Entendendo então a indissociável relação entre esse movimento e as redes sociais, onde nasceu, articulou-se e onde também exerceu forte influência, como podemos assumir pelo gráfico acima, é que partimos para uma discussão sobre o ciberativismo. Acreditamos que por meio desse enquadramento teórico, é possível elucidar e aprofundar nossas reflexões sobre o movimento #EleNão, estabelecendo nosso foco no grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” no *Facebook*.

Alcântara (2015) ao situar histórica e culturalmente o ciberativismo traça as conexões que o fenômeno tem com os classificados novos movimentos sociais que emergiram na década de 60, com o ambientalismo, com os Yippies e até mesmo com movimentos artísticos como o Dadaísmo e o Situacionismo, dado que estes surgiram em cenários de mudanças tecnológicas. A autora ressalta a importância de se reconhecer o contexto do desenvolvimento do ciberativismo para que se fuja do fetiche da novidade, ainda que seja importante reconhecer as novas dinâmicas que este instaura na relação

---

que exerce entre movimentos sociais, ações coletivas e as novas tecnologias da comunicação e da informação.

Ao analisar as ações coletivas que aconteceram ao redor do mundo a partir de 2010, como o *Occupy Wall Street* nos EUA e as jornadas de junho de 2013 no Brasil, por exemplo, Alcântara (2015) destaca que o uso de redes sociais virtuais é um fator em comum que merece destaque ao observar essas manifestações. Entendemos o movimento #EleNão, gestado no grupo do *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, como um fenômeno que compartilha algumas dinâmicas em comum com diversas outras manifestações acontecidas no Brasil e no mundo pós-2010.

Consideramos que essas ações, incluindo o #EleNão, articulam-se a partir de uma dinâmica possibilitada pelas redes sociais virtuais, dentre outros fatores. Castells (2017) ao refletir sobre os movimentos sociais em redes, ou seja, aqueles que se conectam por meio de redes sociais on-line e off-line, discorre sobre o caráter local e global dessas movimentações. A presença em redes da internet possibilita que esses movimentos aprendam com experiências de mobilização de diversas partes do mundo – podemos apontar como a manifestações de mulheres nos EUA contra o Trump<sup>22</sup> possa ter inspirado a movimentação brasileira contra Bolsonaro - e organizam-se com pessoas distantes geograficamente – o movimento #EleNão recebeu apoio de figuras internacionais<sup>23</sup> e aconteceu em vários países<sup>24</sup>.

Nesse sentido, nosso foco está em explorar um pouco mais como as comunidades virtuais operam em meio a esse contexto de ciberativismo e movimentos sociais em rede. Estudar as comunidades em redes sociais é uma forma de entender mais sobre as dinâmicas de sociabilidade possibilitadas pela comunicação mediada pelo computador. Além disso, acreditamos ser relevante ressaltar que o estudo de redes sociais e das sociabilidades que ela proporciona não se restringem ao ciberespaço, uma vez que os laços sociais ali estabelecidos podem estar presentes na vida concreta dos usuários envolvidos (RECUERO, 2009).

---

<sup>22</sup> Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/marcha-das-mulheres-protesta-novamente-contr-trump-e-desigualdade-de-generos.ghtml>. Acesso em 29 de abril de 2021.

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/09/21/famosos-internacionais-tambem-aderem-a-movimento-elenao-contr-bolsonaro.htm>. Acesso em 29 de abril de 2021.

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/elenao-volta-as-ruas-no-brasil-e-no-exterior/>. Acesso em 29 de abril de 2021.

---

Christine Hine (2016) destaca como a internet foi incorporada na rotina dos usuários. O uso de dispositivos móveis é um dos elementos que fortaleceram essa incorporação, já que estes tornaram possível o acesso à internet durante qualquer momento do dia e nas mais variadas localidades. Dessa forma:

Nós raramente experimentamos a internet como um “ciberespaço” transcendental, mas, ao invés disso, a incorporamos em múltiplas estruturas de construção de significado. Nosso uso da internet faz sentido em contextualizações muito particulares fornecidas pelos lares, instituições, locais de trabalho, escolas, redes de amizade e de parentesco. O uso da internet torna-se significativo para nossas compreensões da identidade e responsabilidade, e transformador de nossas estruturas de recompensa, confiança e reconhecimento. Qualquer fragmento individual dos dados derivados da internet é, por isso, passível de ser interpretado de uma série de formas, dependendo dos contextos em que se incorpora e adquire significado (HINE, CHRISTINE, 2016: 16).

Destarte, acreditamos que as comunidades virtuais são um terreno fértil para a organização de ações coletivas que extrapolam o ciberespaço e passam a ocupar as ruas, já que essa incorporação da internet à vida concreta permite que as pautas sociais transitem entre diversos espaços. As comunidades nas redes sociais da internet são caracterizadas por possuírem uma maior densidade, com uma forte capacidade de agregação de indivíduos com laços fortes e capital social (RECUERO, 2009).

O conceito de comunidade virtual é abrangente e integra grupos sociais no ciberespaço com interação, laço social e capital social. Dentre esses grupos, dinâmicas de agrupamento diversas são possíveis. O grupo do *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” encaixa-se no que Recuero (2009) classifica como uma comunidade de associação ou filiação. Nesse tipo de comunidade o elemento que constrói o espaço para os laços associativos entre os atores é a identificação em torno de um interesse ou causa em comum. Quanto à estrutura, uma comunidade classificada como de associação apresenta interações em menor quantidade, com atores mais isolados. O vínculo de pertencimento é mais relevante para a associação do que o vínculo interacional (RECUERO, 2009).

O grupo “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” uniu mulheres que não necessariamente já possuíam laços sociais ou interagem no ciberespaço. O que promoveu a associação dessas integrantes como um grupo foi a identificação com o sentimento de rejeição ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro. A partir dessa perspectiva, entendemos as identidades compartilhadas naquele espaço como um fator importante para a agregação desses atores.

---

## Considerações finais

Diante das reflexões expostas ao longo deste trabalho, consideramos que a comunidade virtual “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” é um rico objeto para análise a partir de conceitos caros à comunicação, especialmente aos estudos de redes sociais. Além disso, é impossível dissociar esse movimento de mulheres das análises feministas. Mais que isso, acreditamos que esses dois campos teóricos se complementam, uma vez que nosso foco na teoria feminista está nas dinâmicas em que os feminismos operam nas redes sociais.

A pesquisa bibliográfica nos possibilitou olhar para nosso objeto, tão debatido nas redes sociais e na imprensa na época em que aconteceu, com a devida profundidade, prestando atenção para as suas nuances e fazendo conexões entre seus elementos. Acreditamos que ampliar o entendimento do movimento #EleNão nos elucidará sobre o papel do ciberativismo no contexto político brasileiro, bem como sobre o funcionamento de comunidades virtuais e dos feminismos de quarta onda em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Lívia Moreira. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun.-set.2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474>. Acesso em: 01 de maio de 2021.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BOGADO, Maria. Rua. *In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 17-30.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.
- COSTA, Cristiane. Rede. *In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 31-44.
- GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.
- HINE, CHRISTINE. Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos. *In: BARROS, Carla; CAMPANELLA, Bruno (org.)*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

---

KALIL, Isabela. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro . In: Belén Cevallos (Org.). Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores. Bogotá: Ailynn Torres Santana, 2020.

MELO, Flávia. “Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e72564, 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PUBLICAÇÕES FEMINISTAS, 1, 2003, Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. [S.L.]: Fapunifesp (Scielo), 2003. v. 11, p. 56-68. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/QFg3mNfZzjCK3B4YJSNF7vs/?lang=pt#>. Acesso em: 10 agosto. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-quarta-onda-feminista-interseccional>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre, Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.